

João Pessoa, 4 a 10 de abril de 2016 • Nº 15- Ano XIV

Filiados ao Sindifisco-PB vão às urnas neste domingo

Os auditores fiscais ativos e aposentados filiados ao Sindifisco-PB elegem, neste domingo (10), a diretoria executiva e o conselho fiscal do Sindicato para o próximo triênio.

São duas chapas disputando a diretoria executiva. Pela **Chapa 1** (Unir, Lutar e Conquistar), tem como candidato a presidente **Manoel Isidro** e, na vice-presidência, Guilherme Carvalho (Novinho). Pela **Chapa 2** (Por um Novo Fisco), tem como candidato a presidente **Alain Carvalho** e, na vice-presidência, Leonardo Sabóia.

Para o conselho fiscal, o eleitor deve escolher até cinco candidatos entre os nomes constantes na cédula eleitoral. Estão aptos a votar todos os filiados em dia com as obrigações estatutárias.

A votação tem início às 8h e encerramento em horários diferenciados. Veja locais e horários de votação: João Pessoa, na sede do Sindifisco-PB, das 8h às 17h; Campina Grande, na Sucursal, das 8h às 17h; Guarabira, na Coletoria Estadual, das 8h às 17h. Em Monteiro, Patos, Sousa e Cajazeiras, o pleito será nas Coletorias, das 8h às 15h.

A Comissão Eleitoral divulgará o resultado ainda neste domingo.

Eleições do Sindifisco-PB: comissão convoca os filiados

Os integrantes da Comissão Eleitoral, Anísio de Carvalho Costa Neto (presidente), João Onofre (membro) e José Hiram de Castro Veríssimo (membro), reiteram convocação aos filiados ativos e aposentados para participarem efetivamente das eleições do Sindifisco-PB, neste domingo (10).

A Comissão enfatiza que a eleição é um processo democrático que fortalece a luta da categoria fiscal. Por isso, é importante o comparecimento dos filiados nesse momento da escolha da diretoria e dos conselheiros para o próximo triênio.

Segundo o presidente da Comissão, a expectativa é que a votação aconteça, sem imprevistos, com o respeito demonstrado ao longo do processo eleitoral, conforme é tradição nas disputas ocorridas no Sindifisco-PB.

PEC 186 é para combater a corrupção no Brasil

Há vários anos, o tema corrupção vem pautando os debates entre os vários segmentos da sociedade organizada, como sindicatos, associações, imprensa, entre outros.

Sempre preocupada com as grandes questões de interesse do Brasil, como a necessidade de se criar mecanismos de se combater a corrupção, a Fenafisco, Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, vem buscando o apoio da sociedade para defender, junto à Câmara Federal, a aprovação da PEC 186, que assegura a autonomia da Administração Tributária.

Enfatizamos que é importante aprovar a PEC porque fortalece o Fisco, dando mais condições aos auditores fiscais de atuarem no combate à corrupção, sonegação fiscal e ao trabalho escravo (Fisco do Trabalho). www.pec186.org.br.

Servidores contrários ao PLC 257

Representantes dos Fiscos Estaduais e Distrital e de outras 34 entidades dos servidores públicos entregaram ao deputado federal Esperidião Amin, relator do Projeto de Lei Complementar 257, documento com sete pontos contrários ao atual texto do PLC da renegociação das dívidas dos Estados.

As contrapartidas que os governadores terão que oferecer ao Governo Federal são extremamente nocivas ao serviço público, entre os quais, demitir servidores, não conceder reajuste e não realizar concursos públicos, o que causa o desmantelamento da máquina administrativa estadual.

Entre os sete pontos destacados no documento, os servidores questionam a forma açodada (regime de urgência) com que o projeto está sendo imposto, pois impede o pleno conhecimento sobre o seu conteúdo e a necessária discussão.

Quarta e quinta-feira próximas (dias 13 e 14), os servidores públicos promovem paralisações em vários Estados contra o PLC 257 e em defesa do serviço público, conforme plenária realizada dia 5.

Precatório: pedidos de preferência

O Tribunal de Justiça da Paraíba divulgou, na semana passada, lista contendo os nomes dos beneficiados dos precatórios para os quais foi requerida a antecipação do pagamento, em virtude de doença grave ou por idade igual ou superior a 60 anos.

De acordo com o Tribunal de Justiça, está aberto o prazo de cinco dias (expira sexta-feira, 15), para os eventuais pedidos de impugnação, bem como a apresentação do número de conta bancária para o depósito de crédito a receber, caso não tenha sido informado nos autos.

O setor jurídico do Sindifisco-PB está disponível para esclarecer as eventuais dúvidas dos filiados que foram contemplados com a antecipação do pagamento.